



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

A redefinição da ruralidade e das culturas camponesas no processo de globalização

Redefining the rurality and the peasant cultures in globalization process

Raoni Borges Barbosa¹

Resumo

Os conceitos de indigenização do capitalismo, de resistência e de economia moral camponesas são discutidos neste artigo no contexto mais amplo de abordagens sobre as redefinições da ruralidade e do rural, em razão do processo de globalização que impacta nas sociedades camponesas e nas culturas tradicionais. Processo de globalização este que caracteriza a atual dinâmica de transformação da espacialidade e da temporalidade rurais e, em consequência, dos agrupamentos humanos que tradicionalmente viviam da terra e, então, se veem inseridos no jogo de forças global-local dos ciclos de expansão do capital internacional. Neste sentido, busca-se discutir como as populações rurais, ou camponesas, lidam com sua posição tida como econômica, política e socialmente vulnerável às forças globais a partir de sua cultura local, reinventando a si mesmas e a sua tradição.

Palavras-chave: *Indigenização do capitalismo, Economia moral e resistência camponesa, Estigma e vergonha, Global-local na definição da ruralidade.*

Abstract:

The concepts of indigenization of capitalism, resistance and peasantry moral economy are discussed in this article in the broader context of approaches to the redefinitions of rurality and rural in face of globalization process that impacts on rural societies and in traditional cultures. The globalization process that characterizes the current dynamics of

¹Doutorando em Antropologia pelo PPGA/UFPE.

transformation of spatiality and rural temporality and hence the human groups that have traditionally lived off the land and then find themselves inserted in the global power game—local of international capital expansion cycles. In this sense, we try to discuss how rural populations, or the peasantry, deal with their position seen as economically, politically and socially vulnerable to global forces, at the perspective of their local culture, in which they reinvent themselves and their traditions.

Keywords: *Concepts of indigenization of capitalism, Moral economy and peasantry's resistance, Stigma and shame, Global–local in the definition of rurality.*

1. Introdução

Este artigo discute os conceitos de resistência e de economia moral camponesas, desenvolvidos por Scott (1985, 1990, 2002), no contexto mais amplo de abordagens sobre as redefinições da ruralidade e do rural, em razão do processo de globalização que impacta nas sociedades camponesas e nas culturas tradicionais. Processo de globalização este que, segundo autores como Cavalcanti (2004) e Long (1996), caracterizam a atual dinâmica de transformação da espacialidade e da temporalidade rurais e, em consequência, dos agrupamentos humanos que tradicionalmente viviam da terra e se veem inseridos no jogo de forças global–local dos ciclos de expansão do capital internacional.

Neste sentido, este artigo busca discutir como as populações rurais, ou camponesas, lidam com as desvantagens estruturais de sua posição de mais frágeis no sentido econômico, político e social, reinventando a si mesmas e as suas tradições no ecúmeno global. Trata-se, com efeito, de tensionar a perspectiva teórica tradicional que define como inevitável à desorganização ou mesmo ao desaparecimento das sociedades camponesas no contexto global de transformações. Neste sentido, o artigo apresenta a tese de Sahlins (1997 e 1997a) de uma possível indigenização do capitalismo para repensar os conceitos de

economia moral e de resistência camponesa cotidiana, de modo a enfatizar o papel da cultura e do local como reinvenção permanente (BARBOSA, 2016).

2. O processo de globalização na redefinição da ruralidade

Cavalcanti (2004, p. 19) propõe um debate sobre o *global* e o *local*² e a *ruralidade* com base em “análises sistêmicas e históricas mundiais dos sistemas agroalimentares, de cadeias globais, e político-sociológicas dos agroalimentos”. Para ela, o processo de globalização (produção e consumo de alimentos organizados em escala e segundo referências e critérios globais) é o ponto de partida para (re)pensar a *ruralidade* no âmbito das Ciências Sociais, o que implica problematizar a relação direta com a terra em contextos de lealdade, parentesco e pessoalidade, tensionados pelo processo amplo de globalização dos sistemas agroalimentares e de modernização tecnológica.

Assim, o processo de globalização implica um desafio prático de intensa transformação para as sociedades camponesas, como

²Hannerz (1990, 1997) propõe a apreensão da sociedade complexa como um espaço societal entrecortado e moldado por fluxos de pessoas, coisas e símbolos, de modo que se verifica um processo violento de hibridização dos repertórios simbólicos mais diversos. O autor postula que o local e o global consistiriam em noções ultrapassadas para conceber os limites, as fronteiras de uma cultura transnacional em constante refazer-se a si mesma mediante os processos mais curiosos e inusitados de “crioulização”, como o que se dá no encontro de raças, continentes e culturas a partir da aproximação entre Kirsi e Pedro Arcaño no cenário baiano imaginado por Jorge Amado. Muito embora bastante pertinente, o argumento de Hannerz é aqui matizado no sentido de que *global* e *local* são ainda categorias analíticas válidas para a análise de sociedades camponesas em processo adiantado de integração no ecúmeno global, haja vista que tal integração ocorre de forma processual, na medida em que avançam os ciclos de expansão do capital e as dinâmicas, quase sempre descontínuas, de urbanização e proletarianização das populações camponesas.

tradicionalmente entendidas³. Nessa direção, uma leitura de Shanin (2005, 46-48), em linhas gerais, permite alinhar os seguintes traços determinantes e estruturantes do ser e estar no mundo como identidade e modo de vida camponês, conforme uma análise social-estruturalista que caracteriza a Escola de Manchester:

1. A Economia Camponesa se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma, o que implica trabalho familiar, no âmbito de uma aldeia que compreende nucleações urbanas nas quais se realizam feiras e outras modalidades de trocas materiais e simbólicas. O controle dos meios de produção, próprio da família camponesa, é explorado em uma economia de subsistência, em que se emprega uma qualificação ocupacional multidimensional de todos os membros, combinando atividades de agricultura, extração, artesanato e ainda uma manufatura de baixa diferenciação e especialização. O planejamento e o cálculo da produção econômica remetem a uma racionalidade e a uma economia moral própria, cujos valores não são o individualismo e a maximização dos lucros, mas a garantia da subsistência familiar e a de fundos para atividades diversas de reprodução material e simbólica do grupo.
2. A Organização Política Camponesa articula sistemas de intermediação e apadrinhamento pautados em esquemas familísticos e patriarcais hereditários de autoridade, de modo a perpetuar o controle da terra como forma primária de capital.
3. A Visão de Mundo Camponesa se pauta em uma racionalização tradicional, circular e conformista das práticas sociais, comunicadas

³Ver os estudos clássicos de Cândido (1977) e Wolf (1976), bem como a crítica que Vincent (2010) dirige a eles.

em base predominantemente oral e privilegiando o aprendizado pela experiência.

Nas palavras do autor (SHANIN, 2005, p. 50 e 51):

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências “ocidentais”, é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção (SHANIN, p. 50-1).

No mesmo diapasão, Heredia (1979, p. IX,), em sua análise do campesinato brasileiro emergente em regiões de *plantation*, afirma:

Nesse sentido, a leitura de Chayanov (1966), que realizamos após nosso trabalho de campo, foi fundamental. Este autor assinala como uma das categorias fundamentais para a compreensão da economia camponesa o caráter familiar da unidade de trabalho, destacando que a especificidade do cálculo econômico deste tipo de unidades tem como objetivo chegar a uma relação de equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo familiar e o esforço que isto requer.

Heredia⁴ entende a unidade camponesa não a partir da necessária associação das atividades de produção ligada à terra, e do consumo desta produção, mas de um cálculo econômico específico que

⁴Neste sentido, comparar a análise de Heredia com os estudos de Woortmann (1990) sobre a formação camponesa no Paraná, em que o autor enfatiza a construção processual da ética camponesa em torno do que define como *valor família*.

visa ao equilíbrio familiar em um regime de intensa pessoalidade consolidado pelo parentesco. Neste sentido, a autora enfatiza a importância das relações de parentesco e lealdade e do estabelecimento de relações cordiais entre os camponeses em um contexto de muita tensão social entre os proprietários da *plantation* e os trabalhadores, cada vez mais empregados como assalariados, foreiros ou pequenos proprietários.

A autora explora os esquemas de autoridade que orientam a família camponesa segundo as oposições masculino-feminino e maior-menor, orientando as relações de gênero e geração, mas sempre em uma vinculação visceral com a terra e com a produção agrícola, ou seja, com o *roçado* em oposição a *casa* e com o *roçadinho* como complementação do *roçado*. Nas palavras de Heredia (1979, p. XIII e XIV):

A essa oposição masculino-feminino somou-se outra, a do maior-menor. Ao analisá-la, estávamos novamente preocupados com o problema da autoridade e com a forma em que se manifestavam esses mecanismos de autoridade paterna no que diz respeito aos filhos. [...] além do roçado familiar, existem outros roçados chamados roçadinhos, que são de usufruto individual. A existência dos roçadinhos é um dos mecanismos, através dos quais os membros do grupo doméstico são socializados e, ao mesmo tempo, são elementos que acentuam o caráter de individualidade desses membros. Estabelecer sua existência foi fundamental, pois possibilitou-nos articular a vida econômica da unidade familiar camponesa.

A dinâmica relacional entre o global e o local, que se imprime mais fortemente a partir da década de 1990, atinge exatamente o que a sociedade camponesa parece ter de mais específico, isto é, a sua base econômica organizada, como pontua Shanin e outros teóricos dos estudos camponeses. A relação entre o global e o local passa a ser o

centro da discussão, redefinindo a *ruralidade* como elemento intrínseco ao produto agrícola⁵.

A ruralidade, como lugar, valor, modo de vida e cultura específica, garante a autenticidade, exotividade e confiabilidade no produto consumido em escalas globais. Para Cavalcanti (2004, p. 18): “[...] a ruralidade passa, assim, a ser uma qualidade distintiva no processo de produção e distribuição dos alimentos, este cada vez mais monitorado pelas técnicas e padrões de qualidade externos”. O processo de globalização, no entender de Long (1996), significa uma transformação radical dos espaços sociais contemporâneos, cujas características podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1. Superação da sociedade industrial e do capitalismo financeiro pela sociedade da informação e do consumo e pelo capitalismo informacional no contexto de uma Modernidade Reflexiva.
2. Acelerada disseminação de conhecimentos científicos e tecnologias por todo o globo.
3. Reestruturação do trabalho, da produção e do consumo em escalas globais, impulsionado por atores sociais transnacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, União Europeia, Nafta etc.) em negociação com atores locais.
4. Fragmentação do poder e dos esquemas de autoridade/legitimidade com a superação do Estado-Nação como paradigma de governo pelos

⁵Chamo atenção para o estudo de Silva (2010) sobre a migração camponesa do nordeste brasileiro, especificamente do Maranhão, para as lavouras mecanizadas dos canaviais paulistas, onde a exploração do trabalho camponês pelo capital transnacional e para o abastecimento do mercado internacional impactou na cultura local no sentido da organização desses camponeses em regimes sazonais de trabalho. Isto implicou uma intensa mobilidade espacial, modificando as formas e os ritmos de reprodução familiar e de construção de biografias fragmentadas em espacialidades e temporalidades diversas.

novos atores transnacionais e translocais como paradigma de governança.

5. Novas identidades sociais e políticas que transcendem questões nacionais e classicistas de definição de cidadania e conformação de direitos/obrigações e sentimentos de pertença/reconhecimento com base em critérios como etnia, gênero, geração, estilos de vida, éticas globais de responsividade etc.
6. Riscos globais localmente produzidos e somente administrados em redes de cooperação global.
7. Compressão do espaço temporal da vida social cotidiana.
8. O processo de globalização de normas e valores é tensionado pela dinâmica local de organização da participação e do conhecimento para o cotidiano da vida, assim como por uma sociedade civil cosmopolita que discursa em um cenário global de disputas morais e políticas.

Com base neste leque de mudanças estruturais em processo global, Long afirma a importância do local, do rural e da cultura como espaços de negociação, seleção e variação criativa de práticas sociais. Os processos de construção de identidades e linguagens sociais, em dinâmicas de trocas interacionais partido do centro para a periferia e da periferia para o centro, caracterizam a globalização com contínua reinvenção do local.

Long (1996) chama a atenção para a formação de *Comunidades transnacionais*, podendo ser acrescido o processo de *Indigenização do capitalismo*, estudado por Sahlins (1997, 1997a) a partir do conceito de *Developman* e de *Sociedades transculturais e transnacionais*. No contexto rural, Long argumenta que a globalização repercute na ruralidade no sentido de uma reorganização profunda da divisão do

trabalho, das relações de gênero e geração, dos usos da terra e de tecnologias estrangeiras, na gestão do ambiente, no escopo jurídico de regulação das relações entre sujeitos e objetos e outros.

A transformação dos sentidos das noções êmicas de ruralidade, contudo, não ocorre como um processo homogêneo, mas se apresenta como o resultado incidental e acidental de decisões de atores locais em negociação com pressões globais. Daí a necessidade de compreender a complexa rede de negociações entre atores locais e globais (*interface network*) que forma a *estrutura agrária* como objetos, símbolos, agentes e projetos em um jogo tenso. Jogo social este cujo resultado, muito embora indeterminado e transintencional, apresenta regularidades e direcionalidades quando tomado em tempo longo.

Para Cavalcanti (2004), a ruralidade assume, no contexto de globalização de demandas agrícolas e de alianças e políticas globais para a territorialidade rural, uma aura de espaço saudável (comodidades, paisagens e modos de vida que compensam as patologias da vida urbana), mas também de reserva (recursos naturais e força de trabalho) a ser explorada por mercados em expansão. O campo, dentro dessa lógica, passa a ser disputado por preservacionistas e desenvolvimentistas.

Marsden, na leitura feita por Cavalcanti (2004, p. 22), propõe uma agenda de pesquisa que enfatize a dimensão territorial dos espaços rurais no contexto de globalização econômica, de modo a considerar os diferentes ritmos de mudança. O autor, para isso, pontua quatro elementos que caracterizam a relação global–local– ruralidade, sintetizados no paradigma da produção de *commodities agrícolas*:

1. Declínio do emprego agrícola e mudanças estruturais na agroindústria com base em novos conhecimentos, técnicas e modos de relações sujeito-objeto.
2. Ambientalismo e novos usos do espaço rural.
3. Redefinição do papel do Estado na economia e reestruturação das políticas governamentais, que sofrem a influência das corporações transnacionais agindo globalmente para impor normas e valores de produção de alimentos.
4. Produção orientada pela demanda e por aspectos culturais que influenciam fortemente as relações entre sujeitos e objetos a se formatarem como demandas por reconhecimento, afirmação de estilos de vida e disputas morais que envolvem dimensões para além da classe social, como gênero, geração, etnia, território etc.

O processo de globalização na agricultura, impulsionado pela regulamentação internacional dos mercados, esbarra em resistências políticas, culturais, ambientais e econômicas locais, cujos limites, uma vez transgredidos, podem gerar riscos sistêmicos. Esse processo, portanto, potencializa ao máximo a diferenciação funcional da economia, com a criação de uma cadeia complexa de especialistas ocupados com a qualidade e a segurança alimentar, por exemplo, assim como com a provisão, distribuição e consumo de alimentos.

A produção local globalizada, ao ser organizada conforme inputs materiais e simbólicos estranhos ao ambiente/cultura locais, gera a possibilidade de riscos globais, de modo que, em contrapartida, o local e a ruralidade, ao lado do *ambientalmente correto*, passam a ser o selo de qualidade e de confiabilidade da produção. O processo de globalização, neste sentido, conta com *globalizadores* (empreendedores morais) que

disseminam o discurso da legitimidade ou mesmo da inevitabilidade da organização global da produção e do consumo.

Cavalcanti enfatiza (2004, p. 27), assim, o impacto da globalização dos sistemas agroalimentares na mudança radical na produção e na dieta dos países do sul em função das exigências de confiança e confiabilidade na produção agrícola dos países do norte. O resultado desta política agrária, de saúde, de consumo e de contenção e administração de riscos industriais e ambientais é uma ampla padronização dos produtos agrícolas.

3. Resistência camponesa em um contexto de globalização e de redefinição da ruralidade

Cavalcanti (2004) e Long (1996), como discorrido anteriormente, concordam no que se refere à importância de atores locais nos processos de redefinição, em escala global, das chamadas culturas tradicionais e da ruralidade. Estes autores, contudo, enfatizaram em suas análises o papel dos atores locais como forças periféricas, no mais das vezes reativas, em relação às forças globais, centrais ou do norte.

Neste sentido, a tese por eles defendida é de uma ressignificação dos espaços e populações rurais ou camponesas a partir das demandas e utopias urbanas. O campo passa a ser fundamentalmente percebido, desde então, como paisagem saudável e como reserva ambiental e de força de trabalho, cuja dinâmica de transformações se dá no sentido centro-periferia, ainda que impulsos reativos da periferia possam ser mensurados.

Scott (1985, 1990, 2002), ao discutir os conceitos de resistência e de economia moral camponesas, busca chamar atenção para como as populações rurais lidam, na prática cotidiana, com as desvantagens

estruturais de sua posição de fracos no sentido econômico, político e social, que contrastam com o poder de atores sociais — sejam estes locais ou globalmente articulados — que detêm o controle dos meios de produção, comunicação, coação e administração de elementos relevantes da vida social.

As populações rurais ou camponesas são confrontadas com vários atores sociais que avançam sobre suas terras e se apropriam de sua força de trabalho sem, contudo, abrir mão completamente das oportunidades de negociação e de imposição de seus valores culturais tradicionais (KOURY, 2012), assentados em uma economia moral de três pilares básicos: segurança, justiça/reciprocidade e subsistência. (NASCIMENTO 2013, p. 36; THOMPSON, 1987; SCOTT, 1975); assim como em práticas de honra, dádiva, lealdade, compadrio, gratidão, pessoalidade, valorização da terra, da família e da cultura tradicional (LANNA, 1995; SIGAUD, 2004, MONSMA, 2000).

Neste sentido, os camponeses reagem ao estigma (GOFFMAN, 1988) e às estratégias de envergonhamento e amedrontamento (SCHEFF, 1990; GOFFMAN, 2012) que buscam conformá-los como classe, estilo de vida ou fenômeno social e cultural problemático, a ser superado. O esforço de imposição de condutas sobre os camponeses tem ocorrido nas disputas morais, econômicas e políticas com o Estado e com o capital nacional ou estrangeiro, aqui entendidos como categorias reificadas para representar atores sociais que procuram empreender a proletarianização, pauperização ou a integração dos camponeses no agronegócio.

Vincent (2010), ao tratar de forma ampla dos processos de desenvolvimento da sociedade agrária, referindo-se à organização rural do campesinato na Europa desde o século XIX e também à história contemporânea dos países em desenvolvimento, critica as análises

sociais que classifica como apolíticas e como a-estruturais, características de uma antropologia social que desconhece a dinâmica das sociedades complexas modernas. Essas abordagens tradicionais do campesinato ora tratam a sociedade rural como sistemas em equilíbrio, em que se solidificou um cotidiano conservador, e de temporalidades, espacialidades e ritmos quase imutáveis de tão lentos e previsíveis, ora definem a sociedade rural como espaço a ser estrategicamente colonizado pelas necessidades de expansão cíclica do capital e dos jogos políticos da cidade.

A abordagem apolítica, neste sentido, parte de micropreocupações em relação à comunidade rural, cuja lógica produtiva e reprodutiva, material e simbólica, seria decifrada pelas análises de parentesco e da propriedade rural familiar: lócus e recurso para o agenciamento dos esquemas de autoridade. O olhar a-estrutural, por seu turno, parte de abstrações conceituais próprias de uma perspectiva macro-orientada, como campesinato, Estado nacional e movimentos sociais, de modo que percebe a sociedade rural em uma situação de oposição ou de isolamento, a ser superada, em relação aos processos civilizadores modernizantes.

Estas conclusões características das análises tradicionais sobre as sociedades camponesas, no entender de Vincent, estão fundamentalmente equivocadas, por não considerar o caráter transintencional da ação social (GOFFMAN, 2012) gerada nos processos intersubjetivos (SIMMEL, 1970, 2005, 2013), tensos e indeterminados de encontro e negociação social, em que se constroem as cadeias de interdependência e as figurações sociais (ELIAS, 1994 e 1997). Neste sentido, Vincent (2010, p. 471) aponta para a necessidade de análise da interação política cotidiana e dos “campos de atividade” de indivíduos em fluxo, que se acomodam na história real das sociedades camponesas,

com seus empreendedores morais, sociais e políticos criativos e dinâmicos.

Nas palavras de Vincent (2010, p. 477):

[...] um *focus* de investigação centrado no movimento dos indivíduos (e não na sua atividade em lotes fixo de terra) e nas relações sociais que se estabelecem em função de sua interdependência econômica permite estruturarem-se padrões de carreira individual, que se entremeiam dentro e fora da textura da vida rural local regional, para dentro das periferias e dos bairros urbanos. Paradoxalmente, esse *focus* em indivíduos, e não nas relações entre homem e terra, tão familiares na literatura, incita a um exame mais detido da essência supostamente estável dessas relações, permitindo-nos perceber mudanças e avaliar a ilusória aparência de estabilidade estrutural, enquanto o conteúdo está em fluxo.

A análise da sociedade rural, ou do campesinato, como fluxo organizado e funcionalmente diferenciado em um contexto amplo de relações com o espaço urbano e com o Estado, cuja dinâmica transformadora é predominantemente política, e não psicológica ou tecnológica, é levada a cabo por autores interacionistas como Koury (2012), mas também por autores estruturalistas que enfatizam o papel da cultura local no confronto com as forças globais do mercado e do Estado. Esses autores se afastam das análises apolíticas e a-estruturais do campesinato, tensionando as noções de resistência cotidiana camponesa para além do que postulou Scott (1990).

Koury (2012, p. 45-7), sobre o contexto de emergência do Movimento Camponês das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, em especial na região pernambucana da *plantation* da cana-de-açúcar, descreve da seguinte forma a figuração entre os relacionais em um sistema de posições fortemente hierarquizado e violento, cujos momentos de crise e de desentendimentos entre as forças hegemônicas, contudo, cedia espaço à resistência camponesa cotidiana e politicamente

organizada em torno da luta pela reforma agrária e pelo direito à livre associação:

As relações de produção no cinturão canavieiro nordestino estiveram assentadas desde a sua formação em um alto grau de violência. Violência explicitada nos ardis para a submissão da força de trabalho, pela classe dominante local, que se processava sob variadas formas: desde a utilização de salários não monetários, passando pela sujeição da força de trabalho com a estipulação de dias de trabalho gratuito, formas de sujeição pessoal do trabalhador ao patronato e a subjugação da vontade do trabalhador à vontade do patrão através do mecanismo da *lealdade*.

Os chamados *curraiseleitorais* podem ser tomados como exemplo desse tipo de sujeição em que os trabalhadores de uma determinada propriedade são obrigados a sujeitar seus votos ao candidato do patrão. Outro exemplo de sujeição e submissão encontra-se na total insegurança quanto à manutenção dos sítios de subsistência e do trabalho, e as ameaças de violência física por *capangas* ou milícias privadas dos proprietários de terra. São formas de submissão que mantêm o campo de força por onde se nutre o poder local, entre artifícios ou artimanhas clientelísticos de violência simbólica ou de violência pura.

(...)

A violência institucionalizada como exercício de dominação acompanharia todo o processo de organização dos trabalhadores rurais na região, limitando e, de certa forma, fazendo fracassar as diversas tentativas de organização dos trabalhadores entre os anos de 1945 e 1954 (...). (...) havia uma reação muito forte à organização dos trabalhadores, particularmente quanto à sindicalização no meio rural, por parte dos proprietários de terras.

Koury (2012, p. 102), em sua análise, chama a atenção para as ambiguidades desse jogo de poder, violência e disputas morais, perpassado por situações de dissimulação e de resistência cotidiana disfarçadas. Este jogo de poder, ritualmente disposto e performatizado por dominantes e dominados segundo uma etiqueta de satisfação de expectativas públicas recíprocas, Scott (1990) define como transcrição pública. Nesse jogo de trocas de deferências e de demonstrações de respeito pelas regras do jogo e pelo outro, cada jogador busca

constranger o parceiro relacional mediante a imposição de compromisso e condutas públicas, e não de um enfrentamento direto que levasse à destruição imediata do outro.

Leitão (2014, p. 57-9) cita Lima Barreto como entusiasta de uma solução final para aquilo que o escritor brasileiro chamava de *Problema Vital* da formação nacional:

À medida que sua produção amadurece e se aprofunda a compreensão do fenômeno, ele tratará de prescrever a melhor solução para o mal. Quando abandona a sátira e envereda pela crítica, é capaz de analisar a questão agrária com uma agudeza que somente Caio Prado Jr. revelaria, algumas décadas mais tarde. Em “Problema Vital”, breve resenha dedicada ao livro de estréia de Monteiro Lobato (*Urupês*, de 1918), tal procedimento é particularmente notável. Primeiro, com a maestria de um cientista social, o autor identifica os dois pólos absolutamente indissociáveis da antagônica contradição:

A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola — a fazenda. Nascida sob o influxo do regime do trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. [...] Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que deve procurar meios e modos de fazer desaparecer a “fazenda”. (...) Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo parasita, que vive na “Casa Grande” ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o “Problema Vital”.

As ações, individual e coletiva, de resistência camponesa, contudo — diferentemente do que sonhava Lima Barreto —, organizam um momento liminar, mas não por isso pré-político ou apolítico, em que oportunidades de negociação e de negação da vergonha da condição camponesa são construídas em jogo interacional, sempre tenso, conflitual e indeterminado, ainda que situado conforme as referências culturalmente dispostas e materialmente possíveis da ação individual e coletiva. Nas palavras de Scott (2002, p. 11, 12 e 18):

Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes.

[...] formas cotidianas de resistência camponesa — a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento, sempre representam uma forma de autoajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. [...]

[...] Elas provavelmente não poderão mais do que afetar lateralmente as várias formas de exploração que os camponeses enfrentam.

Na falta de qualquer possibilidade real, no presente, de transformar diretamente e coletivamente sua situação, os camponeses pobres não têm quase nenhuma escolha, a não ser ajustar-se às circunstâncias que eles enfrentam diariamente.

A resistência camponesa — entendida por Scott (2002) como o exercício cotidiano do poder dos fracos —, ainda que de modo circunstancial ecloda e pontualmente se organize como rebelião e revolução, assume um contorno deveras pessimista de uma tensão no interior de uma estrutura. Essa tensão, mesmo que estremeça a estrutura, não a compromete; ao contrário, a reforça como jogo assimétrico de forças, tal como exposto por Cavalcanti (2004) e Long (1996): “no embate entre o global e o local, cabe ao primeiro o papel de, de fato, redefinir as formas de ruralidade e as culturas locais”.

O pessimismo ou fatalismo nas análises sobre as sociedades camponesas e outras culturas tidas como tradicionais, muito apropriadamente diagnosticado por Sahlins (1997, 1997a) como

pessimismo cultural, resulta de um olhar predominantemente economicista e social — ou funcional-estruturalista do social e da cultura, que percebe e classifica as cadeias de interdependência econômica como praticamente determinantes da vida social. Menezes (2002, p. 36), neste sentido, expõe a epistemologia de Scott:

Embora Scott tenha uma influência de Goffman, priorizando a análise de como as pessoas reagem de acordo com as expectativas do outro, ou seja, a “face”, a sua epistemologia, no entanto, não se define apenas pelo interacionismo simbólico, ou seja, não assume totalmente a noção de face nas interações sociais, mas entende que as formas de representação que os indivíduos das diversas categorias sociais utilizam nas relações cotidianas com seus superiores, como, por exemplo, o “respeito”, são definidas pela estrutura social (1990 2-24).

Assim, os conceitos de resistência cotidiana e de economia moral, por mais que se complementem e se cruzem no sentido de enfatizar as disputas morais dos atores sociais — tanto as públicas e legais, quanto as oficiosas, corriqueiras, silenciosas e ocultas — em afirmar e negar formas de produção, distribuição e consumo de bens materiais e simbólicos, acabam por assumir um viés reificador da assimetria entre dominadores e dominantes. Nas palavras de Nascimento (2013, p. 16): “Thompson percebe que Scott trabalha Economia Moral como equilíbrio de forças. Ou seja, Economia Moral em Scott é uma ‘série não verbalizada de entendimentos mútuos’.”

Diferentemente desses autores, a análise de Sahlins sobre o papel da cultura local na apropriação e mesmo na subversão das forças globais de dominação sobre as sociedades camponesas e tradicionais se pauta em uma visão otimista. Muito embora seu enfoque seja também economicista e, ao seu modo, estruturalista, Sahlins logrou apresentar como atores locais refundam seu modo de vida no contexto global de expansão dos mercados e da cultura ocidental.

Sahlins (1997, 1997a) organiza sua leitura do avanço da civilização ocidental sobre as culturas tradicionais de forma bastante crítica, com base no que ele define como processo de “indigenização da modernidade”. Tal processo teria se acelerado a partir da metade do século XX, início da descolonização dos povos colonizados pelo Ocidente.

O autor sustenta esta tese de modo a afirmar que a “cultura”, em uma acepção plural e distributiva, permanece o objeto empírico por excelência do conhecimento antropológico e do fazer etnográfico. Isto tendo em vista que a expansão capitalista promovida pelo Ocidente não consegue destruir a organização simbólica da ação e da experiência humanas, seus valores e significados, localmente alicerçados.

Com efeito, argumenta Sahlins, o ecúmeno global cristalizado em redes densas e complexas de fluxos não logrou se homogenizar no sentido de extinguir a realidade local que heterogeniza, ressignifica e se apropria desses mesmos fluxos. Desta forma, Sahlins, ao contrário de Hannerz, propõe não um modelo centro-periferia de ecúmeno global, mas apresenta três estratégias por parte dos povos sobreviventes ao impacto da cultura ocidental, supostamente verificadas em campo, no sentido de “indigenizar a modernidade”. Essas estratégias são: 1) a sociedade transcultural e translocal; 2) o culturalismo contemporâneo; e 3) o *developman*.

Tais estratégias incidem em categorias agregadoras de formas encontradas por cada povo para organizar culturalmente as experiências singulares do Sistema Mundial, de modo que uma “Cultura Mundial das Culturas” possa emergir e se fortalecer como projeto de diversidade cultural humana. Sahlins, neste sentido, faz um passeio teórico e histórico pela herança antropológica com o fito de sustentar que o conceito de cultura logrou emancipar-se de noções como refinamento intelectual e civilização e de projetos políticos racistas,

capitalistas e imperialistas. Além disso, o conceito de cultura não se reduz a ser um “marcador de diferenças” que opera “políticas de identidade” ou mesmo “políticas de opressão”.

Na visão de Sahlins, o entendimento funcionalista da cultura como marcador de diferenças conduziu a antropologia a um discurso e a uma postura vitimista, e de profundo pessimismo sentimental, que somente conseguia projetar o futuro como fatalidade. A expansão do capitalismo e da cultura ocidental resultaria, nessa direção, inevitavelmente, na homogenização cultural (isto é, em um cenário próximo ao almejado pela Teoria da Modernização). O passado, por sua vez, passaria a ser contado a partir de uma história conjectural que situa os efeitos discriminatórios do conceito de cultura como a própria razão de seu aparecimento.

Sahlins cuida em demonstrar como o conceito de cultura surge em oposição ao projeto civilizador iluminista, como também o fez Norbert Elias em seu seminal *Os alemães* (1996): em ambos a *Kultur* aparece como o antípoda da *Zivilisation*. Trata-se originalmente de um projeto político que se contrapõe aos mitos burgueses de Estado e Contrato Social como produtos da razão humana universal, haja vista que entre sujeitos egoístas maximizadores de suas vantagens individuais somente o cálculo racional fundador de uma ordem coletiva pode suprir a ausência da solidariedade que os românticos alemães postulavam existir no seio do povo, o *Geist*, que orienta o sentimento coletivo de pertença e é, em última análise, a cultura de um povo.

Esta tradição alemã chegou aos Estados Unidos pela influência de Boas (STOCKING JR, 1966), o que levou a antropologia cultural americana a distanciar-se dos equívocos da antropologia social britânica e da Escola Sociológica Francesa. A antropologia social privou-se da apreensão da dimensão cultural da vida humana, reduzindo-se a uma

sociologia dos povos primitivos que localizava a cultura como momento ideológico na preservação de uma ordem ou estrutura social dada. A Escola Sociológica Francesa, por seu turno, somente teria podido atentar para o equívoco de ignorar a dimensão cultural da vida humana quando da aproximação de Lévi-Strauss da antropologia cultural americana.

Este conjunto de argumentos propostos por Sahlins não somente aponta para a redescoberta da cultura como proposta política e alternativa à modernidade, contrastando com as teorias do desalento e do desespero (assim o autor entende as Teorias da Modernização e da Dependência) que teriam levado a antropologia ao “pessimismo sentimental” e a um discurso idêntico ao colonialista, mas esta cadeia de ideias que encerra a tese da “indigenização da modernidade” também quer significar uma pesada crítica ao movimento *Writing Culture*⁶ e sua insistência na impossibilidade de compreender a alteridade, o que implodiria as bases epistemológicas da ciência antropológica.

Sahlins enfatiza, neste sentido, que uma das tarefas do antropólogo é a de “desinflar” a “Grande Narrativa” sobre a dominação capitalista do mundo pela compreensão e mesmo pela celebração da inventividade e resistência dos povos outrora colonizados. Cabe, então, ao antropólogo compreender e apresentar a relação dialética entre forças culturais que agem globalmente no sentido da homogenização e a vida localmente organizada sob o signo da indigenização da modernidade.

⁶O movimento *Writing Culture*, nos anos 1980, nos Estados Unidos, contou com autores e intelectuais como Vicent Caprzanano, George Marcus, James Clifford, Renato Rosaldo, Michel Fisher, Paul Rabinow, entre outros. Entendia a antropologia como exercício autoral sobre o outro e sobre as experiências de campo, de modo que seus experimentos conduziram o modo processualista de fazer etnográfico ao extremo da criatividade e da literaridade.

Neste sentido, o autor apresenta o *Developman* como uma forma coletiva entre os Anganem de se apropriar da *Economia de Mercado* para o fortalecimento da *Economia do Dom*. Temos aqui o capitalismo, símbolo maior da dominação ocidental, revertido em sua lógica societária de acordo com a gramática cultural e a economia moral nativas. O sentido de si que orienta um povo em sua vida cotidiana não se perde, necessariamente, em razão do contato com o Sistema Mundial, mesmo se os sentidos das transformações sociais e culturais que resultam daí não puderem mais ser operados dentro dos códigos da tradição nativa ortodoxa.

A sociedade translocal e transcultural, para Sahlins, destarte, é um exemplo de como uma cultura nativa pode manter-se como forma de organização da ação simbólica e da experiência humana de um povo, ainda que operando a partir de uma base territorial dispersa e multicultural, mas conectada pelos fluxos de pessoas, coisas e ideias do ecúmeno global. Tem-se, assim, uma dissociação profunda entre reprodução econômica e reprodução simbólica, que não implica, porém, aculturação ou dominação simbólica para o nativo, haja vista que o poder simbólico de sua “aldeia” continua orientando a construção de seus projetos e identidades individuais e coletivos.

4. Considerações finais

Este artigo buscou discutir a noção tradicional do que significa ser e estar no mundo enquanto identidade e modo de vida camponês, a partir de alguns estudos sobre sociedades camponesas. Em seguida, levantou questões a respeito do desafio prático da sociabilidade camponesa em um contexto amplo de globalização política, econômica, cultural e social.

Neste sentido, importava debater a economia moral e os processos cotidianos de resistência camponesa, vistos, contudo, a partir de uma perspectiva mais interacionista e otimista que contraria a tese da inevitabilidade estrutural tanto do desaparecimento quanto da dominação do modo de vida camponês. O conceito de Sahlins de indigenização do capitalismo, neste trabalho, serviu, assim, como chave de leitura para tensionar as teorias tradicionais sobre sociedades camponesas e sua exposição ao processo de globalização, e também para expandir a compreensão das noções de economia moral e resistência camponesa cotidiana como possibilidades de reinvenção da cultura local — aqui, especificamente, a cultura camponesa —, ainda que em padrões assimétricos de interação.

Referências

BARBOSA, Raoni Borges. Por que as pessoas trocam bens, estabelecendo laços de reciprocidade, expectativas, exigências morais e afetivas? Uma leitura do consumo através da Antropologia das Emoções. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 43, p. 77-94, abril de 2016. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/BarbosaArt.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2016.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. 336 p.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e Ruralidade. In: Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis, p. 17-32, 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 204 p.

_____. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996. 432 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 158 p.

_____. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face.** Petrópolis: Vozes, 2012. 255 p.

HANNERZ, Ulf. Os limites de nosso autoretrato: antropologia urbana e globalização (entrevista). **Mana**, v. 5, n. 1, p. 149-55, abr. 1999. ISSN 0104-9313.

_____. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transacional. **Mana**, v. 30, n. 1, p. 7-39, abr. 1997. ISSN 0104-9313.

HEREDIA, Beatriz Maria. **A morada da vida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 127 p.

CHAYANOV, A.V. **The Theory of Peasant Economy.** Homewood, Irwin, Illinois: American Economic Association, 1966. 416 p.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1970.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 418 p.

LANNA, Marcus P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro.** Campinas / São Paulo: Editora da Unicamp, 1995. 393 p.

LEITÃO, Luiz Ricardo. **Lima Barreto: o rebelde imprescindível.** São Paulo: Expressão Popular, 2014. 63 p.

LONG, Norman. Globalization and localization: new challenges for rural research. In: Henrietta Moore (Org.). **The future of anthropological knowledge: the uses of knowledge.** (ASA Decennial Conference Series). London: Routledge, p. 1-15, 1996.

MENEZES, Maria Aparecida. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, n. 21, jan. 2002, p. 32-44. ISSN: 0102-552X.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 49, p. 95-121, jan. 2000. ISSN: 1516-8085.

NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Trajetórias de um conceito: a economia moral dos pobres. **Raízes**, v. 33, n. 2, p. 10-28, jun. 2013. ISSN: 0102-552X.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997. ISSN: 0104-9313.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte II). **Mana**, v. 3, n. 2, p. 103-50, ago. 1997a. ISSN: 0104-9313.

SCHEFF, Thomas J. **Microsociology: discourse, emotion and social structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

SCOTT, James C. **The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia**. New Haven and London: Yale University Press, 1975.

_____. **Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985.

_____. **Dominations and the Art of Resistance: Hidden Transcriptions**. New Haven: Yale University Press, 1990.

_____. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-21, jan. 2002. ISSN: 0102-552X.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, v. 8, n. 7, p. 1-21, jan. 2005. ISSN: 1806-6755.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 131-63, abr. 2004. ISSN: 0104-9313.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropiación de la tierra, violencia y migración: campesinos del nordeste de Brasil em los cañaverales de São Paulo. In: Sara María Lara Flores (Org.).

Migraciones de trabajo y movilidad territorial. México: Miguel Ángel Porrúa, p. 307-32, 2010.

SIMMEL, Georg. O indivíduo e a díade. In: Fernando Henrique Cardoso; Octávio Ianni (Orgs). **Homem e sociedade.** 5ª edição, São Paulo: Editora Nacional, p. 128-35, 1970.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-91, ago. 2005. ISSN: 0104-9313.

_____. A tríade. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). **Estudos sobre interação: textos escolhidos.** Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 45-74, 2013.

STOCKING Jr. & George W. Franz Boas and the Culture Concept in Historical Perspective. **American Anthropologist**, v. 68, n. 4, p. 867-82, ago. 1966. ISSN : 1548-1433.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** V.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 204 p.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: Bela Feldman-Bianco (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.** São Paulo: Editora Unesp, p. 469-497, 2010.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1976. 150 p.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 87, p. 11-73, jan. 1990. ISSN 0102-4302.